



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Havendo numero regimental, declaro iniciada a 6ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das Pautas n.ºs 07 e 08, de 2007.

Convido o Deputado Claudio Cajado para fazer a leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, em seguida, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Expediente.

Correspondência interna recebida.

Ofício sem número, de 25 de abril, do Deputado Eduardo Sciarra, que solicita informações a serem enviadas pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ofício n.º 608, de 26 de abril, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, indicando o Deputado Carlos Eduardo Cadoca Relator da Medida Provisória n.º 364.

Ofício n.º 67, de 03 de maio, do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminhando cópia do Ofício da Governadora do Pará, Ana Júlia, solicitando informações sobre a emenda apresentada.

Ofício n.º 135, de 25 de abril, do Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Virgílio Guimarães, comunicando a aprovação do requerimento do Deputado Fernando Coruja solicitando a realização de audiência pública com o Presidente do BACEN, Sr. Henrique Meirelles.

Ofício n.º 686, de 15 de maio, do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminhando cópia do Parecer n.º 154/2007, aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, sobre o Aviso n.º 27/2006. Cópia desse expediente foi encaminhado nesta data ao Relator Geral da proposta orçamentária, Deputado José Pimentel, e ao Relator do Plano Plurianual — PPA, Deputado Vignatti.

Ofício n.º 272, de 16 de maio, do Senador Jaime Campos, solicitando a retirada de pauta do Aviso n.º 5/2007.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão.

Justificativas deferidas: Ofício n.º 7, de 23 de março, do Deputado Ribamar Alves; Ofício n.º 92, do Deputado Pedro Novais, nos dias 17 e 18 de abril; Ofício n.º 4/174, de 3 de maio, do Senador Cristovam Buarque, ausências no período de 6 a 9 de maio; Ofício n.º 86, de 3 de abril, do Gabinete do Senador Romeu Tuma, ausências nos dias 3 e 4 de abril; Ofício n.º 145, de 7 de maio, do Senador Romeu Tuma, ausências no período de 6 a 9 de maio; Ofício 4/144, do Senador Cristovam Buarque, ausências no período de 12 a 24 de abril.

Expediente solicitando alteração na modalidade de aplicação: Ofícios n.ºs 53 e 54, do Deputado Pedro Chaves; Ofício n.º 148, do Deputado Carlos Alberto Leréia; Ofício n.º 92, da Senadora Lúcia Vânia; Ofício n.º 31, do Deputado Luiz Bittencourt; Ofício n.º 450, do Deputado Wellington Fagundes, e, por último, Ofício n.º 314, do Senador Aelton Freitas.

Correspondência externa recebida.

Ofício n.º 04, do TCU, encaminhando cópia correta do relatório e voto em aditamento ao Aviso n.º 475.

Ofício n.º 111, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando explicações sobre aspectos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008.

Ofício n.º 81, do Centro de Cultura Luiz Freire, solicitando informações para realização de pesquisas sobre os acordos do Brasil com o Fundo Monetário Internacional - FMI - e seus impactos nas políticas educacionais do Brasil, Argentina, Venezuela e Haiti no período de 2000/2006.

Ofício n.º 13.768, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, encaminhando exemplar da prestação de contas anual do Presidente da República.

Avisos encaminhados pelo TCU.

Aviso/SESES, encaminhado pelo Presidente do TCU, Ministro Walton Alencar Rodrigues, de 25 de abril de 2007.

Aviso n.º 492/2007, referente à obra da reforma do Aeroporto Internacional de Corumbá.

Aviso n.º 493/ 2007, referente a obras rodoviárias emergenciais da BR-402, do Piauí.

Aviso n.º 501/2007, de obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-101, de Alagoas, trecho entre a divisa Pernambuco/Alagoas e o entroncamento com a BR-104 e entre o KM 103 e a divisa Alagoas/Sergipe.

Avisos referentes à data de 2 de maio de 2007:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aviso n.º 535/2007, pedido de reexame interposto pela Construtora OAS contra o Acórdão n.º 903, do Plenário do TCU.

Aviso n.º 537/2007, referente a obras de construção e pavimentação de rodovias federais no Estado de Minas Gerais.

Aviso n.º 540/2007, recurso de reconsideração interposto pela Universidade Federal do Paraná contra as determinações do item 9.3 a 9.5 do Acórdão 2.353/2006 do Plenário.

Aviso n.º 542/2007, referente à obra de construção de trecho rodoviário na BR-317, no Amazonas, no segmento compreendido entre o Município de Boca do Acre e a divisa do Amazonas com o Acre.

Aviso n.º 543/2007, referente à obra de adequação de trecho rodoviário entre a divisa do Distrito Federal/Goiás e o entroncamento com a BR-153 em Goiás na BR-060.

Aviso n.º 544/2007, referente à obra de recuperação de trecho rodoviário da BR-262, de Minas Gerais, entre as divisas do Espírito Santo/Minas Gerais, e Minas Gerais/São Paulo, especificamente nos segmentos compreendidos entre os Municípios de Contagem e Betim.

Aviso n.º 551/2007, embargos de declaração opostos pela Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS - contra o Acórdão n.º 1.765 deste Plenário.

Aviso n.º 558/2007, auditoria realizada no IBGE com o objetivo de avaliar a correção dos dados constantes dos censos escolares mediante análise de documentação comprobatória das pesquisas de verificação do censo escolar de 2004.

Em relação aos Avisos de 9 de maio de 2007, temos:

Aviso n.º 570/2007, referente à modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, realizada no Rio Grande, divisa do Estado de Minas Gerais e São Paulo.

Aviso n.º 571/2007, construção de barragens em Timbé do Sul, Santa Catarina.

Aviso n.º 577/2007, referente à contratação da dragagem do canal de acesso e berço de atracação do terminal do Cais do Caju, trecho RO-RO do Porto do Rio de Janeiro, pela Companhia Docas, do Rio de Janeiro.

Aviso n.º 585/2007, que se refere à obra de construção da Escola Agrotécnica Federal em Nova Andradina, Mato Grosso do Sul.

Aviso n.º 599/2007, referente a programa de irrigação de lotes na área de reassentamento da Usina de Itaparica, no Estado da Bahia.

Aviso/SESES, do Tribunal de Contas da União, encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma do aviso do Congresso Nacional: Aviso de n.º 567/2007, de 9 de maio de 2007, referente à implantação das barragens de São José, do Rio Real, de Cabeça do Boi e do Urubu.

Sr. Presidente, está concluída a leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Concluída a leitura do Expediente, passo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo, previamente inscrito.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inicialmente parabeno o Sr. Presidente pela condução dos trabalhos desta Comissão. É necessário, entretanto, indagar a V.Exa. sobre a questão de ordem apresentada pelo nobre Senador Antônio Carlos Valadares na sessão realizada em 22 de março.

A interpretação do art. 19 da Resolução n.º 1, de 2006, questionada pelo nobre Senador, deve ser muito bem analisada por sua assessoria, mas é meu dever, como indicado pelo meu partido, o Partido Progressista, para a Coordenação do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, requerer de V.Exa. a celeridade que o caso requer.

Sr. Presidente, já estamos em meados de maio, portanto nos aproximando da primeira metade desta Sessão Legislativa, e ainda não temos a composição dos comitês previstos no Capítulo IV da Resolução n.º 01/2006, que dispõe sobre o funcionamento desta Comissão.

Especialmente sobre a execução orçamentária, Sr. Presidente, temos uma vasta agenda a cumprir. Segundo o art. 22 da Resolução n.º 1, de 2006, temos, por exemplo, que apresentar a esta Comissão parecer sobre o relatório de gestão fiscal do Presidente da República referente ao primeiro quadrimestre, já encerrado; temos que emitir parecer sobre 2 decretos de contingenciamento já expedidos pelo Poder Executivo até a presente data; temos que avaliar a



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

execução do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, cujo primeiro relatório de execução foi publicado no último dia 7 deste mês; ao final de maio, teremos que analisar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para 2007, o que será encaminhado a esta Comissão pelo Executivo; é também atribuição deste Comitê fazer a avaliação da execução das ações derivadas de emendas parlamentares.

Enfim, Sr. Presidente, essa é uma síntese das atribuições que estão reservadas apenas a um dos Comitês. Imagino que o mesmo volume de pendências estejam aguardando providências dos demais.

Com essas palavras, pelo bom andamento dos trabalhos da Comissão Mista, enfatizo mais uma vez a importância e urgência da resposta de V.Exa. à questão de ordem apresentada pelo nobre Senador Antônio Carlos Valadares.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Apreciação das Pautas n.ºs 07 e 08, de 2007.

A Mesa esclarece, perante V.Exa., que, efetivamente, está sob nosso julgamento a questão de ordem levantada numa das sessões desta Comissão. Na próxima reunião, na semana vindoura, traremos a decisão da Mesa. *(Pausa.)*

Encontra-se sobre a Mesa um requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia, subscrito pelo Deputado João Leão, Relator do relatório preliminar da LDO.

Consulto o autor do requerimento se deseja falar a respeito do assunto. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, o nosso relatório está pronto, está maduro; já foi discutido anteriormente. Eu gostaria até de abrir o prazo, no sentido de nós cumprirmos os prazos regimentais.

Se lêssemos esse relatório hoje, abriríamos o prazo de emendas para a próxima segunda-feira e encerraríamos, ao que tudo indica, na quinta-feira. Então, aceleraríamos o trabalho da aprovação da LDO. Acho de suma importância que nós lêssemos esse relatório hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Eu concordo com V.Exa., mas comunico que ainda estamos dependendo da presença de um Senador para compor o *quorum*.

Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Em princípio, não teríamos nenhum óbice à leitura do relatório. Porém, nós temos uma pauta a cumprir. Na minha opinião, esgotada essa pauta, se houvesse tempo, nós poderíamos, enfim, deliberar sobre a leitura. Por isso, neste momento, até pela ausência do *quorum*, nós temos que aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Sr. Presidente, eu quero elogiar o trabalho e o esforço do Deputado João Leão, Relator da LDO. Mas, como coordenador da minha bancada, a do Partido dos Trabalhadores, tenho um questionamento a fazer.

Embora possa ser lido aqui agora, não recebemos o relatório preliminar, portanto a bancada não tem uma base para discuti-lo. Eu gostaria que dispuséssemos de um prazo, então, para que dele possamos ter conhecimento. Mesmo que seja um relatório preliminar, gostaríamos de dispor de um prazo para poder examiná-lo.

O SR. DEPUTADO CÍCERO LUCENA – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Realmente, V.Exa. tem razão, porque o parecer do Deputado João Leão foi entregue e encontra-se na Internet desde hoje pela manhã. Foi providenciado também a entrega do relatório integral ao gabinete dos membros desta Comissão hoje pela manhã.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA – Sr. Presidente, também me acosto a essa preocupação que V.Exa. está esclarecendo agora sobre a entrega do relatório, mas precisávamos, em termos regimentais, de ter devidamente colocado em pauta, devido à importância do assunto, embora conheçamos o trabalho meritório do Relator. O PSDB pede que seja incluído na pauta normal para que todos tenham acesso pleno, já que também, pela Liderança do nosso partido, ainda não tínhamos tomado conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Esclareço ao Senador Cícero Lucena que, na hipótese levantada por V.Exa., nós teríamos que adiar a inclusão desse relatório para a próxima reunião da semana vindoura.

Vou suspender a reunião por 20 minutos, já que estamos sem *quorum* por falta de um Senador. Compreendemos que a questão do *quorum* foi prejudicada pela reunião do Congresso, que terminou há poucos minutos, e algumas pessoas estão almoçando. Vamos aguardar um pouco.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, o meu objetivo é que esta Comissão aprove a LDO dentro do prazo estipulado pelo cronograma, até porque vem o PPA aí e, como ocorreu em anos anteriores, vai coincidir de estarmos discutindo nesta Comissão a LDO, o PPA e o orçamento ao mesmo tempo. Estaríamos discutindo 3 matérias.

Então, pediria encarecidamente a V.Exa. que, não podendo ser hoje, e que abrindo prazo legal, V.Exa. marcasse uma reunião especial para amanhã pela manhã, no intuito de podermos ler esse relatório, que não é o final. Ainda cabe todo e qualquer tipo de emenda após a sua leitura. É o relatório preliminar. Com isso, vamos fazer com que o trabalho chegue acelerado, e a Comissão não terá que discutir, ao mesmo tempo, a LDO, o PPA e o orçamento, como já aconteceu em anos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Consulto os demais integrantes da Comissão sobre a sugestão oferecida pelo Deputado João Leão, no sentido de fazermos a leitura ainda hoje, nesta sessão, e votarmos o parecer amanhã, às 10h. Ao meio-dia, este Presidente terá audiência com o Governador do Estado da Paraíba e a bancada. Então, poderíamos fazer essa reunião da Comissão, às 10h, se a maioria concordar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Sr. Presidente, em função de compromissos agendados anteriormente, por entendemos ser relevante essa matéria e queremos estar presentes para discuti-la, sugeriria a V.Exa. que marcássemos para semana que vem, quarta-feira, porque assim como o Presidente, também tenho um compromisso, às 10h, a reunião da Executiva Nacional do partido, com deliberações a fazer. Se agendássemos essa reunião para a próxima quarta, ficaria mais adequado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Meu caro Deputado Eduardo Sciarra, o que vamos ler é uma coisa que não existia no Regimento anteriormente. Não tínhamos relatório preliminar. A Resolução n.º1 deste ano criou o relatório preliminar, então vamos ler um relatório preliminar que cabe emenda da mesma maneira que caberia nos anos anteriores. A LDO realmente começa a valer a partir da próxima semana, após a leitura do relatório preliminar.

Então, esclareço ao Deputado Eduardo Sciarra que adiantaríamos o processo na Comissão. Não tem nenhum jabuti. Ao contrário, porque o relatório ficou praticamente como veio. Após acatar as emendas de bancada, as emendas de texto, aí sim, poderá haver a modificação do relatório. Inclusive, Deputado, vai dar mais tempo a todas as bancadas de fazer emendas e estudarem o relatório.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Sr. Relator, estou me referindo também às emendas apresentadas às metas e que não foram contempladas pelo nobre Relator. Mas não temos problema nenhum quanto a discutir a matéria, só não devemos atropelar. Amanhã teremos também outras questões que nos impedem de discutir essa matéria.

Sugiro que, se não tivermos *quorum*, vamos encerrar a sessão e marcá-la para quarta-feira da semana que vem. Se tivermos *quorum*, não tenho nenhuma objeção quanto à leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Quero esclarecer ao Deputado Eduardo Sciarra que estou consultando a própria Comissão. Se esta deliberar e aceitar a leitura do relatório nesta reunião, vamos fazê-la, mas obedecendo à Ordem do Dia. Nós temos poucas matérias na Ordem do Dia, voltaríamos logo à pauta e depois, se assim for a decisão do Plenário, vamos abrir a leitura do relatório pelo autor, Deputado João Leão.

Agora, antes de mais nada, queria prestar esclarecimento a respeito dos avisos do Tribunal de Contas da União. Estamos com 8 avisos do TCU. Todos os que foram recebidos esta Presidência distribuiu imediatamente aos Relatores, e os avisos que ainda não foram submetidos à deliberação. Isso ocorreu em função de os Relatores não terem concluído seus pareceres.

Então, quero aproveitar o momento para fazer um apelo a todos os Relatores no sentido de que agilizem a entrega dos seus relatórios para não atrasar a tramitação desses processos.

Na realidade, são pendências que ainda existem nas administrações estaduais e, às vezes, até nos Municípios, que só serão resolvidas a partir da decisão desta Comissão. Por isso, é importante que os Relatores cumpram os prazos estabelecidos no Regimento desta Comissão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apenas um aviso do Tribunal de Contas da União não está ainda com o Relator. Chegou segunda-feira, às 20h. É o Aviso n.º 478, referente à construção de pontes em rodovias federais no Estado de Rondônia. Esse é o único que não tem Relator. Os demais estão todos com Relatores indicados. Os demais estão todos com relatores indicados.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Quero inclusive agradecer a compreensão ao Deputado Eduardo Sciarra, esse grande Parlamentar que temos na Comissão. Com a concordância de V.Exa., vamos ler o relatório após a discussão da Ordem do Dia, se houver *quorum*.

Muito obrigado, Deputado, pela compreensão. Tenha a certeza V.Exa. de que estaremos aqui trabalhando juntos nesse relatório. Quero dizer que não pretendo que esse relatório seja do Deputado João Leão, mas da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Sr. Presidente, agora que entendi melhor a proposta do Relator, eu também acho também que deveria ser lido hoje o relatório. Dessa forma, ganharemos tempo. Lendo hoje, tomaremos consciência para, então, apresentar emendas na semana que vem.

Consultei minha bancada e interpretamos dessa forma. Agora, se não houver acordo entre as Comissões, da minha bancada, não há nada que impeça a leitura do relatório pelo Deputado João Leão hoje. Assim ganharíamos tempo até quarta-feira e teríamos segunda, terça e a própria quarta para que possamos elaborar nossas emendas e colaborar com o relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação as seguintes atas: 4ª reunião ordinária, realizada em 25 de abril de 2007; 5ª reunião ordinária, convocada para o dia 9 de maio de 2007; 1ª reunião de audiência pública, realizada em 8 de maio de 2007; 2ª reunião de audiência pública, realizada em 10 de maio de 2007.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovadas.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovadas.

Ordem do Dia.

Apresentação, discussão e votação das seguintes mensagens do Congresso Nacional.

Item I.

Mensagem n.º 29/2007-CN: encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei n.º 11.178, de 20 de setembro de 2005, o relatório da avaliação do cumprimento de metas e superávit primário do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do programa de dispêndios globais das empresas estatais federais não-financeiras referentes ao exercício de 2006.

Solicito ao Deputado Manoel Junior para proferir o seu relatório, em substituição ao Relator Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR – Sr. Presidente, quanto ao cumprimento dos limites fixados para as receitas e despesas primárias, a LDO, para 2006, fixou o limite máximo de 17% para o total das dotações e dos empenhos relativos às despesas correntes primárias autorizadas nos orçamentos fiscais e de seguridade social da União, excluídas as transferências constitucionais e os valores da complementação da correção monetária do FGTS, Lei Complementar n.º 110/2000.

Segundo o relatório de avaliação das metas fiscais do terceiro semestre de 2006, sem as exclusões devidas, o total dessas dotações representaria 19,3% do PIB ou 359 bilhões, e os empenhos realizados, 18,64% do PIB.

Para demonstração do cumprimento do limite pelo Executivo, foram excluídas desse valor as autorizações com o FGTS correspondentes a 0,14% do PIB, e os créditos extraordinários abertos no exercício, que somaram 17 bilhões ou 0,81% do PIB, que, devido à natureza da imprevisibilidade e urgência, não estariam sujeitos à limitação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A LDO possibilitava ainda a autorização do excedente do limite de 16% do PIB da arrecadação da receita administrativa para compensar gastos extras com despesas obrigatórias. Assim, o Executivo também excluiu do total de despesas o valor de 20,6 bilhões ou 0,99% do PIB, chegando ao percentual de 17,36% do PIB, para as dotações orçamentárias e 16,78% para o empenhado.

Diante da necessidade de reduzir os valores das autorizações orçamentárias a 17% do PIB, o Executivo bloqueou no SIAFI, por meio de Portaria do Ministério do Planejamento nº 12/2007, o valor de 12,1 bilhões ou 0,58% do PIB, chegando, assim, ao total de dotações de despesas correntes de 16,78% do PIB.

À vista da forma como foi demonstrado o cumprimento do limite estabelecido na LDO, pode-se concluir que o dispositivo legal não serviu para conter o crescimento das despesas correntes, uma vez que efetivamente o Governo possuía 19,3% do PIB em autorizações e empenhou apenas 18,64% do PIB, percentual superior ao empenhado em 2005 e ao percentual estabelecido de 17% do PIB.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 29/2007-CN e dos demais documentos que compõem esse processo e determine o seu arquivamento.

Está lido o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Em discussão o relatório.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o relatório.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item 2.

Requerimento 4/2007-CMO.

Requer à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a relação de todos os processos de irregularidades referentes à INFRAERO — Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária.

Autor, Deputado Paulo Rubem Santiago.

O autor está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, já estivemos no Tribunal de Contas da União, há aproximadamente 60 dias, e, numa audiência com o Ministro Benjamin Zymler, tomamos conhecimento de toda a estrutura que o Tribunal de Contas da União tem desenvolvido para acompanhar as diversas auditorias que lá estão relacionadas com obras e serviços desenvolvidos pelo Tribunal, acompanhando as ações da INFRAERO.

Estamos, portanto, cumprindo uma formalidade regimental, já que o Tribunal de Contas da União é um órgão de assessoramento ao Congresso Nacional e, portanto, solicitando que nos sejam encaminhadas as auditorias. Na verdade, não estamos solicitando o encaminhamento, diria numa linguagem apropriada, dos pacotes de cada uma das auditorias, mas apenas que o Tribunal nos relacione os processos, o objeto de cada processo e o montante do que está sendo objeto da análise do Tribunal de Contas da União.

Já conversamos com o coordenador da nossa bancada. É um processo regimental e queremos apenas apressar o conhecimento desta Casa de todas essas auditorias que, se não me falha a memória, já chegam a 232 auditorias de pequeno, médio e grande impacto em relação às obras desenvolvidas pela INFRAERO, há mais de uma década, e queremos, por isso, assegurar que esta Comissão tenha acompanhamento objetivo, independentemente das discussões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da Comissão Parlamentar de Inquérito que está em desenvolvimento na Câmara dos Deputados. Na verdade, queremos o acompanhamento objetivo das ações do TCU relacionadas com essa matéria. Este é o objeto do nosso requerimento e peço apoio a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – O requerimento continua em discussão. Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, voto a favor do requerimento do Deputado Paulo Rubem Santiago, inclusive na época em que S.Exa. entrou com esse requerimento li pela imprensa, não sei se é verdade, que S.Exa. tinha sido muito criticado pelo Partido dos Trabalhadores por tamanha imprudência, para não usar uma palavra um pouco mais forte, por apresentar esse requerimento.

Eu não costumo levar-me muito pelo que diz a imprensa porque muitas vezes ela coloca fatos que, na realidade, não acontecem, exageram ou a fonte não é tão segura. Mas o que quero dizer, Deputado Paulo Rubem, é que se V.Exa. manteve o requerimento, é porque realmente é muito importante. E acho que nós, da base opositora ao Governo, queremos, sim, tomar conhecimento também, até porque, há na Câmara dos Deputados – uma CPI em andamento, e ela tem por escopo dirimir as dúvidas em relação à intranqüilidade do espaço aéreo brasileiro e à insegurança dos vôos.

E de forma um tanto quanto mais abrangente a investigação das irregularidades cometidas na INFRAERO ficarão para um segundo momento. Se nós tomamos conhecimento de todas as irregularidades, de prestação de conta das obras, dos serviços procedidos pela INFRAERO ao longo dos últimos meses, ou até anos, como aborda o requerimento de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago, poderemos até colaborar, quando a CPI estiver avançando nesta direção.

Acho que é um requerimento que pode ser traduzido num processo de transparência para esta Comissão, como também para toda essa celeuma que existe hoje envolvendo a INFRAERO, dada a questão da CPI do Apagão Aéreo.

Temos o maior prazer de votar, Deputado Paulo Rubem Santiago, o seu requerimento. Espero que o TCU possa nos enviar a relação dessas irregularidades de forma detalhada. Não adianta apenas encaminhar sem ter identificado a fundo suas causas e eventuais correções ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Continua em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estranho, na qualidade de coordenador da minha bancada nesta Comissão, as palavras do nobre Deputado Claudio Cajado. Primeiro, não houve censura nenhuma da nossa bancada com relação ao requerimento do nosso Deputado. Ele está aqui de testemunha. Não discutimos isso em lugar nenhum, nem na bancada, nem na convenção da bancada. Segundo, somos favoráveis por quê? Não estamos preocupados apenas com o apagão aéreo. É que desses duzentos e poucos projetos que estão no Tribunal de Contas, eles se arrastam há muitos anos. Não é só no nosso Governo, nobre Deputado Cajado. Nós também queremos a transparência, mas por inteiro, não a transparência de um foco, de um momento. E esse requerimento não tem nada a ver com a CPI que está hoje na nossa Casa e partir de não sei que dia, no Senado, uma outra Comissão.

Não temos o objetivo de, primeiro, impedir que se averigüe o caso específico do que se chama de apagão aéreo, até para relembrar o apagão mesmo, porque isso aí não é apagão aéreo. Os aviões não apagaram, continuam voando, aquela época foi apagão mesmo e V.Exa. sabe qual o Governo que assim o praticou.

Então, nós temos todo o interesse de que o requerimento do nosso Deputado, por Pernambuco, Paulo Rubem Santiago, seja aprovado hoje. A Casa, principalmente a nossa Comissão, tem o direito e o dever de analisar todos os processos que estão tramitando no Tribunal de Contas da União.

Então, acho estranho essa afirmação do Deputado Claudio Cajado, mas o respeito, porque às vezes aqui nos corredores se fala muito, mas depois não se encontra quem falou. Eu não li em lugar nenhum, não tem resolução do meu partido, nem da minha bancada, nem da coordenação, nem eu que sou o Líder nesta Comissão, pelo meu partido.

Eu gostaria, sem mais delonga, que fosse aprovado o requerimento do nobre Deputado Paulo Rubem Santiago, para que possamos tirar as dúvidas, não de agora, do momento. Até inventaram que o CINDACTA perdeu o Papa, ao sair do Brasil, até aquelas outras de 1.900 e bolinhas, porque a INFRAERO não foi inventada agora, então nós a queremos de cabo a rabo. Por isso apoiamos o requerimento do Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Em discussão.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, a questão levantada pelo Deputado Paulo Rubem Santiago – tínhamos anteriormente discutido este requerimento e o Deputado Claudio Cajado bem alerta –, já está



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sendo discutida na CPI do Apagão Aéreo. Estamos aprovando mais de 40 requerimentos, já foram aprovados mais 40 na sessão passada. Portanto, teremos amplo debate da matéria r na CPI do Apagão Aéreo.

Apenas estou aqui alertando os companheiros para a oportunidade de nós, paralelamente a isso, iniciamos novo debate, porque vai ter uma CPI no Senado, uma CPI na Câmara, exclusivamente para tratar desse assunto. Parece-me que as pessoas já participaram de audiência pública neste plenário, o comandante Saito aqui esteve falando da matéria, estiveram no Senado. Então, me parece uma questão redundante, embora os relatórios do Tribunal de Contas são públicos e estão à disposição de qualquer cidadão, mas não seria bem este o foco da nossa Comissão, que tem, sim, de cuidar das obras irregulares, pois muitas obras suspeitas de irregularidades foram suspensas, não tiveram as irregularidades confirmadas. Esta, sim, deve ser a prioridade da nossa Comissão: liberar. Porque obra parada custa muito caro. E também a questão dos nossos comitês que estão implantados pela nova resolução, os comitês de acompanhamento da execução orçamentária, o comitê de acompanhamento da Receita e outros que poderiam já, pelo prazo decorrido, a cada dois meses deveriam apresentar seus relatórios.

Então, seria adequado que a Comissão solicitasse a esses comitês seus relatórios para que nós pudéssemos apreciá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Para discutir, com a palavra o Deputado João Leão.

Deputado Claudio Cajado, pela informação da Assessoria, V.Exa. já ocupou o tempo para discutir o requerimento do nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, com base no art. 34, fui citado pelo Deputado Devanir Ribeiro, gostaria de passar algumas informações.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Eu não citei V.Exa., citei o discurso que V.Exa. fez. Aqui do lado está o autor do requerimento, e que não tem nada a ver com CPI, é um requerimento que está amparado pelo Regimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Porque S.Exa. disse que não leu o que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Concedo no final da discussão, mas para cumprir o Regimento, concedo a palavra ao nobre Deputado João Leão. Depois da argumentação final do autor do requerimento, concederei a V.Exa. um minuto.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de falar em nome da Liderança do Governo. Esta Comissão está calma, tranqüila, enfim, todos os partidos. A LDO e o PPA estão chegando daqui a pouco, assim como o Orçamento, então peço encarecidamente aos companheiros do PT, em particular ao Deputado Paulo Rubem Santiago, que retirássemos esse requerimento, para podermos caminhar para a frente. Temos uma série de assuntos importantes a discutir e aprovar nesta Comissão.

Não gostaríamos de encaminhar contra um companheiro nosso da base um requerimento dessa natureza. Então, creio que há importância no que discutimos nesta Comissão. Estamos com uma CPI tratando desse assunto específico. É importante levarmos esse requerimento para a CPI, que vai tratá-lo no foro adequado. No momento esta Comissão está tranqüila, navegando num mar de brigadeiro. Este País com tantos problemas e nós com o objetivo de ajudar a resolvê-los. É por isso que peço encarecidamente aos companheiros do Partido dos Trabalhadores, em particular ao Deputado Paulo Rubem Santiago, que retire esse requerimento e vamos caminhar para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Estamos aqui em um debate e esse requerimento está na pauta desde o início dos trabalhos deste ano, mantido pelo autor, apoiado pelo seu partido, pelo Deputado Claudio Cajado e também por minha pessoa. Entendo ser importante até para darmos continuidade ao trabalho. Estamos debatendo se vamos discutir ou não o requerimento. Está mais do que claro que a transparência não vai trazer nenhum prejuízo para os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Não havendo mais oradores inscritos para discutir o requerimento, volto a palavra ao autor do requerimento.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, é importante colocarmos as iniciativas nos seus devidos lugares regimentais.

A CPI em curso nesta Casa tem como objeto a investigação do acidente que envolveu os aviões Legacy e o *boeing* da companhia GOL. Não está no objeto do requerimento constitutivo da CPI investigação de obras de engenharia que hoje são objeto das auditorias do Tribunal de Contas da União. Portanto, não há relação entre o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

requerimento proposto com o mérito da Comissão Parlamentar de Inquérito que se encontra em andamento nesta Casa. Não haveria, portanto, motivo para que retirássemos o requerimento de uma matéria que é prerrogativa desta Comissão Mista Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ficássemos à espera de que a CPI, num dado momento, enveredasse por outra esfera de investigação que não é objeto do mérito do objeto do requerimento de sua constituição. Então não vejo por que retirar o requerimento, nem por que encará-lo como algo que venha abrir trabalhos paralelos nesta Comissão em relação à Comissão Parlamentar de Inquérito. Creio que estaremos, de maneira objetiva, cumprindo o Regimento Interno, que tem no Tribunal de Contas da União órgão com atribuições constitucionais de assessoramento ao Congresso, sobretudo a esta Comissão.

Antes de V.Exa. assumir a Presidência, o nobre Presidente, Senador José Maranhão, nos informava de um conjunto de avisos que o Tribunal de Contas da União acabara de encaminhar a esta Comissão, apelando para o Presidente no sentido de que os Srs. Deputados e Senadores Relatores apressassem a emissão de seus pareceres.

Portanto, não vemos nenhum tipo de conflito ou de disputa paralela com os trabalhos da CPI. Com esse entendimento espero, se não pela maioria dos membros, ter a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes, para discutir o requerimento do nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, encaminhando pelo PSDB e já entendendo o objetivo que leva o Deputado Paulo Rubem Santiago a fazer essa solicitação, também compreendo que não se trata de matéria da base ou em apoio à política da base ou em apoio à eventual política da Oposição. Trata-se de uma prerrogativa desta Comissão.

Durante as votações e a discussão do novo funcionamento da Comissão Mista de Orçamento, a nossa grande interrogação é o tratamento para o Orçamento de 2006, a captura e o seqüestro total das prerrogativas desta Comissão, por intermédio das ações do PAC, matérias ainda incompreendidas sobre a execução do Orçamento. Entendo que o ambiente correto para discutir fiscalização, aplicação dos recursos aprovados no Orçamento e trazer a luz necessária sobre esses assuntos de execução orçamentária em várias empresas estatais, não apenas na INFRAERO, é o puro e simples exercício do poder de fiscalização desta Comissão.

Portanto, apóio o requerimento do Deputado Paulo Rubem Santiago e entendo que ele tem essa função superior de para que prevaleçam as prerrogativas de fiscalização desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Ainda para discutir o requerimento, com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

Em seguida, concederei a palavra ao nobre Deputado Claudio Cajado, já que S.Exa. foi citado por um dos oradores.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, sem querer ser mais realista que o rei, o Deputado Paulo Rubem Santiago fundamenta o seu requerimento muito bem. Tinha eu uma dúvida porque achava que a CPI do Apagão possuía requerimentos dessa natureza. E fui informada que ela não os tem. Também não queria transformar a Comissão de Orçamento num foro parecido ou qualquer coisa semelhante a da CPI, mas, mediante a argumentação usada, temos de aprová-lo e parabenizar o Deputado pela iniciativa fundamental para esclarecer episódios que envolvem todas essas denúncias da INFRAERO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Nobre Deputado Claudio Cajado, V.Exa. tem a palavra por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, seja um pouco tolerante. Esclareço inicialmente que na época do Governo Fernando Henrique Cardoso a metodologia era que a base do Governo votava muito e discutia pouco. Com o Governo Lula isso mudou, para a nossa alegria. Acho extremamente positivo podermos conversar, até porque por isso a enxurrada de medidas provisórias oriundas do Poder Executivo.

Vamos colocar em pauta o seguinte, Deputado Devanir Ribeiro: primeiro, li em jornais de circulação nacional. Não inventei. Li em jornal, inclusive alguns até afirmando que houve um puxão de orelha. Não sei se efetivamente isso foi dito. Então informei o que li. Mas, na verdade, a questão desse requerimento é importante para podermos desanuviar essa dúvida que existe na INFRAERO. Esta Comissão tem por competência, sim, aprovar esses requerimentos.

Porém, afirmar que a CPI nada tem a ver com o requerimento e que a base do Governo, no caso o PT, apoiou, quero lembrar ao Deputado Devanir Ribeiro que a CPI saiu por decisão do Supremo Tribunal Federal, porque foi criada por ato do Presidente Arlindo Chinaglia, o Líder de V.Exa., Deputado Luiz Sérgio, interpôs recurso que V.Exa. votou.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Regimental.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sim, mas V.Exa. interpôs inviabilizando. Quando votou a favor do recurso inviabilizou a instalação da CPI. Ela foi criada e está instalada por decisão da Oposição e por voto e decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Quero apenas informar que o meu intuito em defender o requerimento do PT é justamente por concordar que essas atitudes não devam ter repreensão do partido; pelo contrário, devem ter sempre a liberdade de cada Parlamentar se expressar e agir com sua consciência pelo bem do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Com a palavra o Deputado José Pimentel para discutir. V.Exa. é o último orador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Comissão Mista de Orçamento, com as novas metodologias enfrentadas pela Resolução nº1, tem um conjunto de ações que está implementando e requer um nível de unidade razoável na sua condução.

O Congresso Nacional tem hoje 2 comissões parlamentares de inquérito sobre a mesma matéria. Uma no Senado Federal e outra na Câmara dos Deputados tratando desse assunto. Temos a Comissão de Fiscalização e Controle da Casa dedicada a esse assunto. Portanto, há 3 comissões instaladas tratando desse tema. Entendo que nós, com todo o respeito ao companheiro de partido Paulo Rubem Santiago, deveríamos rejeitar essa matéria. Vamos deixar a CPI do Senado Federal, a CPI da Câmara dos Deputados e a Comissão de Fiscalização cuidar desse assunto. Vamos cuidar dos outros temas desta Comissão, que são muito importantes para o Brasil e para o Congresso Nacional.

Portanto, com todo o respeito ao encaminhamento, eu vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, último orador inscrito para discutir a matéria.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendo que esse requerimento nem deveria existir, até porque é responsabilidade do Tribunal de Contas da União remeter a esta Casa, a esta Comissão, todos os procedimentos de obras tidas como irregulares. Trata-se de obrigação legal, prevista na LDO.

Não seria necessário, mas, devido à gravidade dos fatos e do momento, o nobre Deputado tomou a iniciativa de, por meio de requerimento, solicitar a remessa da documentação.

Então, não há muito o que discutir, Sr. Presidente. Mesmo com 2, 3 ou 10 CPIs, não se exclui a obrigação desta Comissão de alocar ou não recursos para essas obras nos próximos Orçamentos. Não faz sentido retirar-se desta Comissão aquilo que lhe é pertinente: a sua responsabilidade.

Dessa forma, sou absolutamente favorável, até porque ele está ressaltando o direito desta Comissão de analisar procedimentos como esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Está encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Pelo Partido Progressista, Sr. Presidente, nós vamos encaminhar “não” ao requerimento do Deputado Paulo Rubem Santiago, porque, como já afirmamos, há 2 CPIs tratando deste assunto, que está absolutamente consolidado.

O Relator da CPI do Apagão Aéreo, Deputado Marco Maia, do partido do Deputado Paulo Rubem Santiago, em seu programa de condução da CPI, estabeleceu com clareza as etapas. E, na terceira etapa, será investigada a infraestrutura aeroportuária relacionada ao tráfego aéreo.

Isso está muito claro para todos nós.

O PP vota “não”.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – O Governo encaminha o voto “não”.

Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – O PSDB entende que não há segurança alguma de que as 2 CPIs venham a tratar desse assunto e que, por isso, o requerimento do Deputado Paulo Rubem Santiago é uma garantia para que procedimentos semelhantes sejam tomados com relação a outros setores do Governo.

Existe uma grande preocupação com a execução do Orçamento de 2006 no que diz respeito à sobreposição dos recursos vinculados ao PAC e também uma preocupação quanto à função desta Comissão diante da aprovação de Orçamento e fiscalização.

Portanto, é de suma importância que o requerimento, que não é de Governo nem de Oposição, mas de um Parlamentar dedicado nesta Comissão à questão de fiscalização, seja aprovado.

O PSDB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Como encaminha o Democratas?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Democratas tem que ser solidário com a base do Governo neste momento, porque a questão vem ao encontro do que queremos: transparência.

Precisamos tirar dúvidas sobre a suspeição que recai hoje sobre a INFRAERO, sobre o “apagão”, objeto da instalação da CPI.

Eu acho que nós não devemos retirar prerrogativa de Comissão alguma, muito menos da de Orçamento, Controle e Fiscalização. Se existe uma CPI investigando o assunto, muito bem; mas isso não pode tirar dos membros desta Comissão a prerrogativa de discutir, decidir e fiscalizar o que quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Deputado Claudio Cajado, como encaminha V.Exa.?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Trata-se de assuntos que podem ser correlatos, mas não são exclusivos de uma Comissão.

Daí porque o Democratas, solidário com o Partido dos Trabalhadores e sempre atuando na defesa da transparência, não tem outra alternativa a não ser orientar o voto “sim” à sua bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Nobre Deputado Devanir Ribeiro, como encaminha o PT?

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Sr. Presidente, até pela discussão feita pelo autor, a qual eu já havia também comentado anteriormente, temos que aprovar logo esse requerimento, para que possamos dar andamento à nossa pauta.

Então, encaminho o voto “sim”, pela aprovação do requerimento, à nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Como encaminha o PMDB?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, minha questão de ordem é baseada no art. 29, § 2º, que diz que a qualquer momento da sessão é preciso haver um sexto de Senadores e um sexto de Deputados presentes. E não há nenhum Senador aqui. Peço o encerramento imediato da sessão.

Nós precisamos de 2 Senadores, Sr. Presidente, o que não há na sessão.

(Pausa.)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Deputado Ricardo Barros, com a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, eu gostaria da sua decisão sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – A Presidência vai se pronunciar acerca da questão de ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, nós estamos falando sobre uma questão de ordem fática. Neste momento, não há o *quorum* necessário. Então, eu gostaria que V.Exa. tomasse uma providência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – A Presidência vai se pronunciar.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, eu quero fazer uma sugestão a V.Exa. Sei que talvez caminhemos para uma discussão acerca do *quorum*, mas quero acrescentar que é visível que não temos unidade quanto a esse problema. Conseqüentemente, sem dúvida, isso se expressa na falta de unidade com relação ao relatório.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, para que uma coisa não contamine a outra, eu sugiro a V.Exa. que suspenda a sessão por alguns minutos, a fim de que busquemos a possibilidade de acordo em relação a essas questões. Durante a suspensão, conversaremos com os Líderes e os representantes de cada partido. Depois, retomamos a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Nobre Deputado Ricardo Barros, vou responder à questão de ordem de V.Exa.

Quanto ao art. 134, os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença mínima de um sexto da sua composição em cada Casa. O parágrafo único diz que, no curso da reunião, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao estabelecido no *caput*, o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião, *ex officio* ou por provocação de qualquer Parlamentar.

Efetivamente, quando o Deputado Ricardo Barros levantou a questão de ordem, havia apenas 1 Senador na sessão, o Senador Efraim Morais.

Atendendo...

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Pois não.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS – Jayme Campos, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – V.Exa. estava presente? (*Pausa.*)

Bom, então, nesse caso, a questão de ordem fica prejudicada, Deputado Ricardo Barros, até porque não havíamos contado a presença...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Não, ele não estava aí. Estava?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Estava, sim. Estava, sim.

Bom, então a questão de ordem está prejudicada...

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS – Pela ordem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, não estava, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Um momento. Um momento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Não estava, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Um momento, Deputado Ricardo Barros.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – Pela ordem, com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS – Sr. Presidente, quer dizer que o Governo está...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente...

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS –... está pedindo o encerramento da sessão, por falta de *quorum*? É isso o que está acontecendo?

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Não, Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Barros,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – O Deputado Ricardo Barros fez uma questão de ordem,...

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO –... do PP, fez uma questão de ordem...

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS – Do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) –... pedindo verificação do *quorum*.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Isso.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS – Da base do Governo?

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sim. Está certo. O Governo está pedindo para suspender a sessão.

Essa é a proposta que estamos fazendo, a fim de que encontremos uma alternativa para votar essa matéria. É uma sugestão.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS – V.Exa. vai encerrar, vai suspender ou vai dar continuidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) – A Presidência vai suspender por 5 minutos a sessão.

Peço aos Líderes que mantenham o entendimento, para prosseguirmos na apreciação da pauta, tendo em vista que ainda há alguns itens a serem analisados e votados.

Está suspensa a reunião.

(*A reunião foi suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Está reiniciada a 6ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das Pautas nºs 07 e 08, de 2007.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Quero retomar a questão de ordem que fiz. Já fui Líder desta Comissão, estou aqui há muitos anos e sou extremamente cuidadoso. De fato, o Senador Jayme Campos estava na sessão. Saiu, e, no momento em que saiu, eu fiz o pedido.

Então, entendo a dúvida gerada. Mas existem outros colegas aqui que podem confirmar. O Senador Jayme Campos estava em plenário, mas retirou-se. Fiz o pedido, o Senador Efraim Morais entrou na sala. Nós tínhamos, então, um Senador.

Portanto, só por uma questão de cumprimento da regra, quero insistir na questão de ordem e pedir o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Deputado Ricardo Barros, no período de intervalo, recorri à assessoria da Mesa e fui informado de que, na verdade, no momento em que V.Exa. levantou a questão de ordem para pedir verificação de *quorum*, havia apenas um Senador na sala das sessões: o Senador Efraim Morais. O Senador Jayme Campos estava no toalete.

Então, atendendo à questão de ordem levantada pelo Deputado Ricardo Barros, vamos encerrar a sessão...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, só quero que conste nos Anais que eu estava certo, que eu tinha razão na minha argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Encerro a presente sessão, convocando a próxima reunião para quarta-feira, dia 23, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.